

EXPANSÃO E DILEMAS NO CONTROLE DO GASTO PÚBLICO FEDERAL*

Mansueto Almeida**

Fabio Giambiagi***

Samuel Pessoa****

Em 14 anos, entre 1991 e 2005, o gasto primário do Governo Central aumentou de 14% para 23% do Produto Interno Bruto (PIB) no Brasil. Apesar desse crescimento de quase 10 pontos percentuais (p.p.) do PIB, o esforço de equilíbrio fiscal aumentou a partir de 1999. Nos últimos dez anos, é possível identificar dois pontos de inflexão na evolução da política fiscal. O primeiro deles foi em 1999, quando o governo brasileiro começou sistematicamente a gerar resultados primários superavitários que foram mantidos e ampliados no governo atual. O segundo ponto de inflexão começa em 2004, quando se encerra um ciclo de aumento contínuo da razão dívida pública/PIB desde 1994 que decorreu, em parte, de ajustes patrimoniais efetuados ao longo da segunda metade dos anos 1990 pelo governo anterior.

Apesar do maior esforço fiscal do governo federal na geração de superávit primário desde 1999 e da melhora recente no perfil e no custo da dívida pública, o aumento do gasto público nos últimos 15 anos tem ocasionado um aumento indesejado da carga tributária, que já alcança a cifra de 37% do PIB. Esse valor é claramente muito elevado para um país com o nosso nível de riqueza. O mais grave é que todo esse aumento da carga impositiva não tem gerado maior investimento público. Se os investimentos não aumentam, para onde está indo o crescimento da despesa observado nos últimos 10 a 15 anos? Esta nota procura responder tal questão, analisando o comportamento do gasto público primário federal desde o início dos anos 1990, com ênfase para o crescimento nos últimos cinco anos.

O CRESCIMENTO DO GASTO PÚBLICO FEDERAL EM PERSPECTIVA HISTÓRICA: 1991-2005

Existe clara percepção na sociedade brasileira de que o aumento do gasto público primário federal nos últimos 10 a 15 anos foi acompanhado pelo inchamento do Estado brasileiro. Na percepção do cidadão comum, o Estado é grande, gasta mal e desperdiça recursos com o pagamento ao funcionalismo, recursos que poderiam ser utilizados no combate à pobreza, no financiamento à educação, na expansão dos gastos com saúde e no aumento do investimento público. Apesar de existir indícios de que no Brasil temos problemas sérios no que tange à qualidade do gasto público, a percepção de que houve inchamento dos gastos com funcionalismo ao longo dos últimos dez anos, em particular, está errada. Conforme podemos observar na Tabela 1, depois do crescimento do gasto com pessoal (% do PIB) na primeira metade dos anos 1990, esse gasto deixou de crescer e manteve-se relativamente estável, quando se tomam como referência as médias por período.

* O texto se beneficiou dos comentários feitos por Paulo Levy. A responsabilidade pelo conteúdo do artigo, porém, é apenas dos autores.

** Do Ipea, cedido ao Senado Federal.

*** Do BNDES, cedido ao Ipea.

**** Da Escola de Pós-Graduação em Economia da FGV.

TABELA 1
GOVERNO CENTRAL: GASTO PÚBLICO PRIMÁRIO
 [em % do PIB]

Período	Transferências a estados e municípios	Pessoal	Benefícios do INSS	Outros	Total
1991	2,6	3,8	3,4	3,9	13,7
1991-1995	2,7	4,6	4,5	3,8	15,6
1996-2000	3,2	5,0	5,7	5,0	18,9
2001-2005	4,0	5,1	6,9	5,3	21,3
2005	4,3	4,8	7,6	5,9	22,6
Varição (2005-1991)	1,7	1,0	4,2	2,0	8,9

Fonte: Giambiagi (2006, p. 24), a partir dos dados da STN e da SPE.

Mesmo o aumento do gasto com pessoal de 1% do PIB quando comparado ao início dos anos 1990 é explicado integralmente pelo crescimento do gasto com inativos, que passou de 0,9% do PIB em 1991 para pouco mais de 2,0% do PIB recentemente. Nem mesmo o crescimento do número de funcionários públicos ao longo do Governo Lula até 2005 tem modificado a dinâmica dessa conta que mostra uma forte estabilidade e, portanto, refuta a hipótese de inchamento do setor público.

Por outro lado, a Tabela 1 mostra de forma clara que o crescimento do gasto público concentrou-se no crescimento dos gastos com benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e no item “outros gastos”. Em relação à média 1991-1995, os benefícios do INSS como proporção do PIB passaram de 4,5% do PIB para 7,6% em 2005; um crescimento de 3,1 pontos do PIB. O que mais preocupa é que, apesar da reforma parcial do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) feita no Governo FHC quando foi instituído o fator previdenciário, essa conta continuou crescendo e no governo atual já aumentou em mais de 1 p.p. do PIB.

Este ano, espera-se que os benefícios do INSS atinjam entre 7,8% e 7,9% do PIB. Esse crescimento será em grande parte resultado do reajuste real do salário mínimo (SM) em mais de 10% neste ano. Como o peso dos benefícios que pagam exatamente um SM na composição do total do gasto do INSS é da ordem de 1/3, a “regra de bolso” relevante é que um aumento real de 10% do SM equivale aproximadamente a um incremento real de 3% a 4% da despesa previdenciária.

A outra conta com forte crescimento na Tabela 1 é o item “outras despesas” que aparece nos relatórios do Tesouro Nacional sob a denominação “outras despesas de custeio e capital” (OCC).¹ Essas despesas crescem 2 p.p. do PIB entre 1991-1995 e 2005. Nessa conta estão os investimentos públicos, os programas de transferência de renda exclusive previdência, gastos com educação, saúde e as despesas com material de consumo do governo (despesas com viagens, xerox etc.). No governo atual, a expansão do OCC está fortemente ligada à expansão dos programas de transferência de renda, conforme mostraremos a seguir.

Em resumo, uma análise rápida do crescimento das despesas do governo federal desde o início dos anos 1990 nos mostra que essa expansão concentrou-se no aumento dos

1 . Além das despesas do INSS e do OCC, o outro item relevante que aumentou muito de tamanho foram as transferências a estados e municípios. Estas, porém, são em parte resultado da própria expansão das despesas como um todo, cobertas por aumentos da carga tributária, parte da qual se converte em maiores gastos, pela existência de tributos sujeitos a partilha, através dos Fundos de Participação de Estados e Municípios.

benefícios da previdência social do INSS e no crescimento de uma série de programas sociais, inclusive maiores gastos com educação e saúde. Esse padrão de crescimento das despesas primárias continuou e se intensificou no governo atual, tornando a discussão do controle da expansão do gasto público um debate muito mais complexo, pois envolve, necessariamente, mudanças institucionais (uma nova reforma da previdência) e decisões de elevado custo político (menor crescimento de alguns gastos sociais, por exemplo).

Conforme mostraremos com mais detalhe em seguida, uma redução da expansão do gasto público baseada exclusivamente no controle mais rígido do crescimento dos itens de custeio ligados ao tamanho da máquina pública é difícil, embora seja desejável e até certo ponto possível, como mostrou o comportamento dos gastos discricionários no primeiro ano do atual governo. No entanto, julgar que seja possível implementar um ajuste fiscal duradouro, que permita o crescimento do investimento público e a redução da carga tributária, com base apenas em um maior controle dos gastos mais diretamente ligados ao funcionamento da máquina pública é, a nosso ver, um equívoco. Em seguida, mostraremos o porquê dessa conclusão.

O CRESCIMENTO RECENTE DO GASTO PÚBLICO FEDERAL: 2001-2005

Analistas econômicos e a mídia em geral têm divulgado que os gastos correntes do governo federal aumentaram fortemente em 2004 e 2005. É quase consensual entre analistas econômicos a necessidade de controle da expansão do gasto público, tornando possível o crescimento do investimento público e a redução da carga tributária como forma de viabilizar maior crescimento econômico sem pressão inflacionária.

No entanto, as análises divulgadas sobre o crescimento do gasto a partir das contas agregadas apresentadas pelo Tesouro Nacional não discriminam o custeio do governo com material de consumo do aumento que decorre da expansão dos gastos sociais. Despesas tão diversas, como as transferências às famílias carentes do programa Bolsa Família, despesas com xerox ou com passagens de aviação encontram-se agregadas na conta identificada nos relatórios do Tesouro Nacional como OCC.

Assim, para que se possa investigar o crescimento do gasto primário federal com o devido cuidado, faz-se necessário trabalhar com as despesas públicas de uma forma mais desagregada, com base nas informações do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) do governo federal. Esta seção procura fazer uma análise dos principais itens das despesas correntes do governo federal de 2001 a 2005, separando o aumento dos gastos correntes, resultante do aumento de gastos discricionários, daqueles gastos que tiveram origem na expansão da cobertura dos programas sociais. Essa divisão da despesa primária nos permite ter uma idéia mais concreta das categorias do gasto público que estão crescendo e dos dilemas envolvidos no seu controle.

Para efetuar essa análise, tomamos os seguintes três cuidados:

Primeiro, na discriminação das despesas primárias do governo federal, vamos utilizar o conceito de despesa liquidada, que representa as despesas autorizadas no orçamento do ano e cuja ocorrência efetiva foi posteriormente atestada pelo administrador público. Caso a despesa liquidada não seja paga no mesmo ano em que foi autorizada no orçamento, ela se torna “restos a pagar” (RAP), passando a ser paga em exercícios fiscais posteriores. A execução de RAP é que torna os valores apresentados a seguir um pouco diferentes dos valores que constam na execução financeira do Tesouro Nacional – este trabalha com o conceito de

despesa paga, que é a fase posterior à liquidação da despesa. No entanto, essa diferença não altera as conclusões qualitativas da análise.

Segundo, não incluímos nas despesas discriminadas a seguir as transferências constitucionais obrigatórias do governo federal para estados, municípios e Distrito Federal, nem as obrigações patronais e encargos sociais, que terminam voltando para o governo na forma de receita.

Terceiro, trabalhamos com seis grandes grupos de despesas: *a)* gastos correntes discricionários; *b)* gastos sociais; *c)* gastos com previdência; *d)* gastos com pessoal ativo; *e)* outras despesas não-financeiras; e *f)* investimento público. Os gastos correntes discricionários abrangem as despesas com aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, despesas com a contratação temporária, além de outras despesas não classificadas nos demais grupos de natureza de despesa (ver Anexo 3). Excluimos desse grupo os programas dos Ministérios da Saúde e da Educação classificados como despesas sociais. O grupo “outras despesas não-financeiras” é formado pelas despesas de exercícios anteriores liquidadas no ano fiscal corrente e por sentenças judiciais e indenizações.

A partir dessa classificação detalhada no parágrafo anterior, têm-se os seguintes valores para o gasto público liquidado em percentual do PIB para os anos de 2001 a 2005, exclusive investimento:

Pode-se inferir da Tabela 2 que o gasto público não-financeiro do governo federal, exclusive investimento público e transferências constitucionais, passou de 16,1% do PIB

TABELA 2
GASTO NÃO-FINANCIERO^a DO GOVERNO FEDERAL – 2001-2005
[em % do PIB]

	2001	2002	2003	2004	2005
(A) Despesas correntes discricionárias	2,4	2,3	2,0	1,8	2,0
(B) Despesas correntes "sociais"	1,8	1,9	2,0	2,4	2,7
Programas sociais ^b	0,7	0,9	1,0	1,2	1,4
Programas do Ministério da Saúde	0,8	0,9	0,9	1,0	1,1
Programas do Ministério da Educação	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
(C) Previdência	8,7	8,9	9,2	9,2	9,6
Previdência social básica (INSS)	6,3	6,5	6,9	7,0	7,4
INSS (aposentadorias e pensões)	5,8	5,9	6,1	6,2	6,5
Outros gastos do INSS	0,5	0,6	0,8	0,8	0,9
Inativos e pensionistas da União	2,4	2,5	2,3	2,2	2,2
Servidores civis	1,5	1,6	1,5	1,5	1,4
Servidores militares	0,9	0,9	0,8	0,7	0,7
(D) Gastos com pessoal ativo	2,2	2,3	2,2	2,2	2,3
Vencimentos – pessoal civil	1,7	1,7	1,7	1,7	1,8
Vencimentos – militares	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5
(E) Outras despesas não-financeiras ^c	0,9	1,3	1,0	1,0	1,1
Total (A + B + C + D + E)	16,1	16,7	16,3	16,6	17,7

Fonte: Siafi.

Notas:

^a Despesas calculadas a partir dos Grupos de Natureza 1 (pessoal e encargos sociais) e do Grupo de Natureza 3 (outras despesas correntes), menos transferências constitucionais.

^b Os gastos com as Loas estão classificados na tabela como “programas sociais”.

^c Incluem sentenças judiciais; indenizações e restituições; indenizações trabalhistas; indenizações por trabalho no campo; e despesas de exercícios anteriores.

em 2001 para 17,7% do PIB em 2005, um crescimento de 1,6 p.p. do PIB, e que as despesas do INSS e as despesas correntes sociais se expandiram em 2,0% do PIB, ao mesmo tempo que a soma do conjunto das demais despesas teve uma redução de 0,4% do PIB. É também possível notar que depois de um esforço no controle dos gastos públicos no primeiro ano do atual governo, nos últimos dois anos o gasto público foi expansionista, com destaque para o crescimento do gasto não-financeiro do governo federal em mais de 1 p.p. do PIB apenas em 2005. Assim, ao que parece, a dinâmica já comentada, de crescimento dos gastos públicos desde o início dos anos 1990, foi mantida na primeira metade da década atual.

Adicionalmente, um exame mais detalhado das categorizações do gasto público federal não-financeiro na Tabela 2 nos permite tecer as seguintes conclusões:²

a) Redução do Gasto Discricionário: os dados mostram que as chamadas despesas discricionárias foram reduzidas entre 2001-2002 e 2005. Essas despesas compreendem os gastos com consumo dos ministérios, despesas com passagens aéreas, gastos com serviço terceirizado de pessoa jurídica, contratações temporárias etc. Assim, ao que parece, essa conta não é o vilão do crescimento recente, tão criticado, dos gastos públicos.

b) Crescimento dos gastos sociais: pode-se observar que desde 2001 iniciou-se uma forte expansão dos gastos sociais, que passaram de 1,8% do PIB em 2001 para 2,7% do PIB em 2005, um crescimento de 0,9 p.p. do PIB. Desse crescimento, quase 80% (0,7 p.p. do PIB) decorreram da expansão dos denominados “programas sociais”, em que se destacam a transferência condicionada de renda (Bolsa Família), o benefício mensal ao deficiente e ao idoso, o abono salarial e os pagamentos do seguro-desemprego. Esses programas de transferência de renda passaram de 0,7% do PIB em 2001 para 1,4% do PIB em 2005. Mesmo em 2003, quando o governo atual fez um esforço fiscal maior na contenção do crescimento das despesas, o ajuste foi feito na redução das despesas discricionárias e, principalmente, na redução do investimento público como mostraremos a seguir. O crescimento expressivo da conta “programas sociais” a uma taxa real próxima a 20% a.a. desde 2001 coloca um grande dilema para o governo e para a sociedade: *não há como controlar a expansão dos gastos públicos sem diminuir a velocidade de expansão desses gastos.*

c) Crescimento da Previdência Social Básica (INSS): as despesas do INSS continuam pressionando fortemente o crescimento do gasto primário federal. Nos últimos cinco anos, a dinâmica da conta da previdência tem sido a mesma dos anos imediatamente anteriores: estabilidade dos gastos com inativos e pensionistas da União e forte crescimento das despesas com o INSS. É verdade que a dinâmica recente da expansão do INSS é afetada, em parte, pelo crescimento desproporcional dos gastos com “outros benefícios previdenciários”, mais especificamente, os pagamentos de auxílios (principalmente auxílio-doença). Esses gastos cresceram R\$ 3,3 bilhões apenas em 2005 e R\$ 6,8 bilhões nos últimos dois anos. No entanto, o maior controle dessa conta minora, mas não resolve o problema da expansão dos gastos do INSS.

d) Manutenção dos gastos com pessoal e outras despesas não-financeiras: os gastos com o pessoal ativo da União não têm crescido como proporção do PIB. Assim, em que pese a contratação de novos funcionários públicos, o gasto do atual governo federal com o pagamento do pessoal ativo não tem pressionado o gasto público.

2. Os valores em reais das contas da Tabela 2 atualizados pelo deflator do PIB encontram-se no Anexo 2.

Em resumo, uma análise mais detalhada do gasto público não-financeiro do governo federal, exclusive investimento público e transferências constitucionais, mostra que a expansão desse gasto tem sido dominada pela expansão das despesas sociais, com destaque para os programas de transferência de renda e pelo crescimento das despesas do INSS.

O INVESTIMENTO PÚBLICO

Ao contrário das demais despesas não-financeiras detalhadas anteriormente pelo conceito de gasto público liquidado, acompanhar o valor do investimento público pelo conceito liquidado pode levar a conclusões equivocadas. Isso ocorre porque em alguns anos os valores empenhados para investimento são bastante superiores aos valores liquidados e efetivamente pagos, o que normalmente não ocorre para as contas analisadas aqui, nas quais os valores empenhado, liquidado e pago no ano são próximos. Adicionalmente, o Siafi tem um procedimento automático de fechamento das contas fiscais que “liquida” todos os valores que estão empenhados no final do ano. Em 2005, por exemplo, o investimento liquidado do orçamento de 2005 foi de R\$ 7,8 bilhões, embora o Siafi aponte que esse gasto foi de R\$ 17,3 bilhões que é na verdade o valor empenhado. A forma de corrigir esses valores é por meio da apuração dos RAPs, que permite calcular quanto da despesa de fato foi liquidada e o montante apenas empenhado. Assim, optamos por dar um tratamento mais cuidadoso ao valor do investimento público, computando como investimento público do ano os valores efetivamente liquidados (independentemente de terem sido pagos ou não) no ano corrente³. Se os RAPs forem pequenos, essa forma de cálculo do investimento público aproxima-se dos valores da execução financeira publicada pelo Tesouro Nacional.

Pela análise dos dados da Tabela 3, que mostram o valor do investimento efetivamente executado a cada ano, percebe-se que o investimento público do governo federal passou da média de 0,95% do PIB em 2001-2002 para a média de 0,51% do PIB nos últimos três anos.

TABELA 3
INVESTIMENTO PÚBLICO EFETIVO
[em R\$ bilhões]

	Investimento efetivo		PIB (R\$ correntes)	Investimento/PIB (%)
	R\$ correntes	R\$ de 2005 (deflator PIB)		
2001	10,79	15,73	1.198,74	0,90
2002	13,56	17,95	1.346,03	1,01
2003	7,57	8,72	1.556,18	0,49
2004	7,70	8,21	1.766,62	0,44
2005	11,61	11,61	1.932,95	0,60

Fonte: Siafi. Cálculo dos autores.

3. Isso equivale a dizer que o investimento do ano X é composto por três contas: a) investimento liquidado e pago do orçamento do ano X; b) investimento liquidado, mas não pago, do orçamento do ano X; e c) investimento do orçamento do ano X - 1, empenhado em X - 1, mas liquidado e pago apenas no ano X.

Assim, enquanto o gasto público primário do governo federal (exclusive investimento e transferências constitucionais) passou de 16,1% do PIB em 2001 para 17,7% do PIB em 2005, o investimento público passou de 0,9% do PIB para 0,6% do PIB no mesmo período. Isso indica que o crescimento dos gastos sociais e dos benefícios do INSS, apesar do aumento da carga tributária, terminou por sacrificar ainda mais o baixo nível do investimento público.

CONCLUSÃO

A análise da expansão do gasto público feita ao longo desta nota indica que o debate sobre a redução dos gastos públicos e a conseqüente redução da carga tributária passa, necessariamente, pela questão do tamanho do Estado do ponto de vista do *welfare state* e de uma nova discussão da questão previdenciária, na linha adotada por Giambiagi *et alii* (2004). Os dados fiscais apontam que o Brasil, um país em desenvolvimento, está formando uma rede de proteção social – dirigida em particular para os idosos – que em alguns aspectos se assemelha à de alguns países desenvolvidos. Se essa estrutura de gastos for uma opção da sociedade, isso implica também uma carga tributária elevada, típica desses países que optam por uma rede extensa de assistência social.

As conclusões a que chegamos, pela análise desenvolvida ao longo desta nota, são as seguintes:

a) a elevação de superávit primário se fez em parte através da redução do investimento, o que tende a comprometer a capacidade de crescimento do PIB; e

b) houve cortes do gasto público na sua parte mais flexível (investimento e gastos discricionários), ao mesmo tempo em que se registrou expressiva elevação de benefícios de aposentadorias e da despesa com programas sociais, aumentando a rigidez do gasto e dificultando futuros ajustes.

Nossa expectativa é que a despesa primária volte a crescer em 2006 devido fundamentalmente ao aumento real do SM, e a uma nova expansão dos programas de transferência de renda.

A conclusão desta nota é simples: para que haja um crescimento econômico maior a médio prazo e mais sustentável a longo prazo, com redução da carga tributária e crescimento dos investimentos públicos, é necessário que o crescimento dos gastos sociais e da previdência (gastos do INSS) aumente a um ritmo menor do que o crescimento do PIB nominal. É a única forma de reduzir a carga tributária, aumentar o investimento público e não comprometer o ajuste fiscal. A opção que tem sido adotada nos últimos anos, aumentando-se fortemente a despesa com aposentadorias e pensões – e ao mesmo tempo comprimindo, por conta dessa despesa, o espaço do investimento –, espelha, de certa forma, uma definição em favor de modelo assistencialista. Embora se trate de uma escolha legítima, é importante que a sociedade se conscientize de que esse padrão de gasto público está intrinsecamente associado a um crescimento modesto. Na perspectiva de que a população discuta os rumos do país nos próximos anos, no contexto do debate eleitoral de outubro, é importante que esses dilemas sejam expostos claramente aos eleitores.

REFERÊNCIAS

GIAMBIAGI, F. *A política fiscal do Governo Lula em perspectiva histórica: qual é o limite para o aumento do gasto público?* Rio de Janeiro: Ipea, 2006 (Texto para discussão, 1169).

GIAMBIAGI, F. *et alii. Diagnóstico da Previdência Social no Brasil: o que foi feito e o que falta reformar?* Rio de Janeiro: Ipea, 2004 (Texto para Discussão, 1.050).

ANEXO

TABELA A.1
GOVERNO CENTRAL: GASTO PÚBLICO PRIMÁRIO
 [em % do PIB]

Ano	Transferências a estados e municípios	Pessoal	Benefícios do INSS	Outros	Total
1991	2,6	3,8	3,4	3,9	13,7
1992	2,7	3,9	4,2	3,4	14,2
1993	2,9	4,5	4,9	3,6	15,9
1994	2,5	5,1	4,9	4,0	16,5
1995	2,8	5,6	5,0	4,2	17,6
1996	2,7	5,3	5,3	4,0	17,3
1997	2,8	4,7	5,4	5,3	18,2
1998	3,0	5,0	5,8	5,7	19,5
1999	3,6	5,1	6,0	4,9	19,6
2000	3,7	5,0	6,0	4,9	19,6
2001	3,8	5,4	6,3	5,4	20,9
2002	4,2	5,5	6,5	5,4	21,6
2003	3,9	5,0	6,9	4,8	20,6
2004	3,8	4,7	7,1	5,3	20,9
2005	4,3	4,8	7,6	5,9	22,6
1991	2,6	3,8	3,4	3,9	13,7
1991-1995	2,7	4,6	4,5	3,8	15,6
1996-2000	3,2	5,0	5,7	5,0	18,9
2001-2005	4,0	5,1	6,9	5,3	21,3
2005	4,3	4,8	7,6	5,9	22,6
2005-1991	1,7	1,0	4,2	2,0	8,9

Elaboração: Giambiagi (2006, p. 24), a partir dos dados da STN e da SPE.

NOTA TÉCNICA

TABELA A.2

DESPESAS NÃO-FINANCEIRAS DO GOVERNO FEDERAL^a

[valores atualizados pelo deflator do PIB (R\$ milhões)]

	2001	2002	2003	2004	2005
(A) Despesas correntes discricionárias	41.270	41.234	35.529	34.745	38.782
(B) Despesas correntes "sociais"	31.282	33.737	36.305	46.053	52.068
Programas sociais	12.611	15.399	17.422	23.130	27.555
Programas do Ministério da Saúde	14.563	15.235	15.932	19.535	20.680
Programas do Ministério da Educação	4.108	3.103	2.951	3.388	3.833
(C) Previdência	152.934	159.206	164.253	173.133	185.234
Previdência social básica (INSS)	110.282	115.307	123.736	131.968	143.275
INSS (aposentadorias e pensões)	101.455	104.302	109.876	116.927	125.574
Outros gastos do INSS	8.828	11.005	13.860	15.042	17.701
Inativos e pensionistas da União	42.652	43.899	40.517	41.165	41.959
Servidores civis	26.593	27.825	26.394	27.345	27.655
Servidores militares	16.059	16.074	14.123	13.819	14.303
(D) Gastos com pessoal ativo	39.177	40.229	39.279	40.804	43.403
Vencimentos – pessoal civil	29.972	30.571	30.363	31.993	34.240
Vencimentos – militares	9.205	9.658	8.916	8.811	9.163
(E) Outras despesas não-financeiras ^b	16.417	22.767	17.085	18.761	21.248
Total (A + B + C + D + E)	281.080	297.172	292.450	313.495	340.735

Fonte: Siafi. Cálculos: Mansueto Almeida.

Notas:

^a Despesas calculadas a partir dos Grupos de Natureza 1 (pessoal e encargos sociais) e do Grupo de Natureza 3 (outras despesas correntes), menos transferências constitucionais.

^b Incluem sentenças judiciais; indenizações e restituições; indenizações trabalhistas; indenizações por trabalho no campo; e despesas de exercícios anteriores.

TABELA A.3

PRINCIPAIS ITENS DE OUTRAS DESPESAS CORRENTES:^a VALORES LIQUIDADOS NO ANO EM R\$ CORRENTES
 [emR\$ mil de 2005 atualizados pelo deflator do PIB]

Código ^b		2001	2002	2003	2004	2005
4)	Contratação por tempo determinado	313.995	40.901	40.941	324.114	782.264
14)	Diárias – civil	524.422	514.520	366.475	436.585	445.753
15)	Diárias – militar	114.714	100.994	67.630	88.041	87.323
18)	Auxílio financeiro a estudantes	1.702.340	3.297.239	3.029.623	2.254.279	1.237.283
19)	Auxílio-fardamento	-	-	12.113	13.645	15.495
20)	Auxílio financeiro a pesquisadores	229.463	99.486	220.359	222.998	339.775
27)	Encargos pela honra de avais, garantias, seguros e similares	-	45.521	35.598	10.447	47.000
30)	Material de consumo	5.066.943	4.873.829	4.455.306	5.431.905	6.040.899
31)	Premiações culturais, artísticas, científicas, desportivas e outras	-	1.143	1.846	19.635	9.343
32)	Material de distribuição gratuita	772.401	309.588	794.244	685.113	629.581
33)	Passagens e despesas com locomoção	610.514	677.609	582.585	693.960	650.073
34)	Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização	-	126.580	69.814	16.319	13.864
35)	Serviços de consultoria	202.528	173.557	137.020	123.904	255.089
36)	Outros serviços de terceiros – pessoa física	976.256	981.382	768.836	737.032	772.180
37)	Locação de mão-de-obra	1.266.931	1.172.535	1.219.501	1.438.789	1.725.794
38)	Arrendamento mercantil	676	82	52	697	77
39)	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	19.757.316	19.800.897	15.282.036	14.174.299	15.133.398
41)	Contribuições ^a	4.609.799	4.453.473	3.538.988	3.060.769	4.190.981
43)	Subvenções sociais	133.574	120.119	140.805	130.545	121.967
45)	Equalização de preços e taxas	3.436.577	2.812.986	3.016.153	2.843.649	4.024.072
46)	Auxílio-alimentação	1.040.285	1.078.799	1.141.308	1.372.667	1.487.395
49)	Auxílio-transporte	511.308	420.971	449.810	398.292	463.956
96)	Ressarcimento de despesas de pessoal requisitado	-	131.830	157.816	267.155	308.078
	Total	41.270.041	41.234.041	35.528.861	34.744.835	38.781.643

^a Exclui encargos especiais, saúde e educação.

^b Classificação de dois dígitos do Siafi para os elementos da despesas.